



## CGTP-IN PROPÕE AUMENTO DE UM EURO POR DIA PARA O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

O valor do salário mínimo de 500 euros estabelecido no acordo de 2006, subscrito pelo Governo do PS e confederações sindicais e patronais continua a não ser integralmente efectivado, o que implica uma continuada e agravada perda de poder de compra dos trabalhadores com salários mais baixos. Os 500 euros anunciados para 2011 não só não foram cumpridos pelo anterior Governo, como continuam a não merecer uma resposta positiva do actual executivo do PSD/CDS.

Há mais de um ano que os trabalhadores estão a perder 15 euros por mês.

Esta é uma situação insustentável que precisa ser revista de imediato. O aumento dos salários é indispensável para uma mais justa distribuição da riqueza e a dinamização da economia.

**Neste quadro, a CGTP-IN defende a revisão urgente do salário mínimo propondo um aumento de 1 euro por dia pelo que o novo valor deverá ser fixado em 515 euros, com efeitos a Janeiro de 2012.**

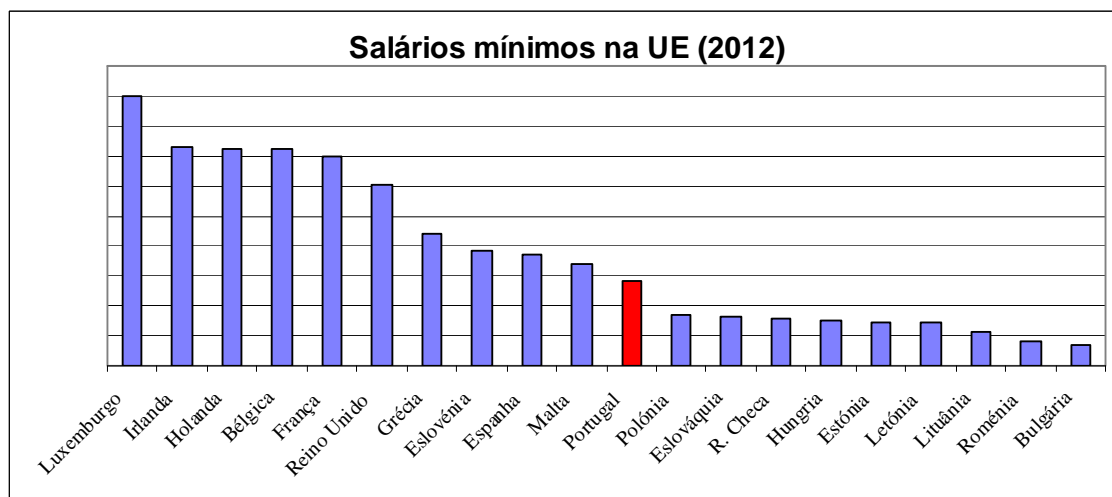
### 6 RAZÕES PARA AUMENTAR O S.M.N.

#### 1. Valor do salário mínimo está abaixo do limiar de pobreza

O salário mínimo situa-se abaixo do limiar de pobreza. Este limiar de pobreza foi de 434 euros em 2010, enquanto, o montante do salário mínimo líquido de contribuições para a segurança social é de 432 euros.

O valor do salário mínimo está longe do que é o preconizado na Carta Social Europeia, subscrita pelo Estado português, que estabelece que o salário mínimo líquido deve ser de 60% do salário médio.

Se assim fosse, o salário mínimo nacional já em 2010 seria de 603 euros.



## ***2. Trabalhadores perdem poder de compra***

O salário mínimo teve um aumento de apenas 2,1% em 2011, num ano em que a inflação foi de 3,7% e houve um agravamento das condições de vida da generalidade das famílias. Houve uma redução do poder de compra do salário mínimo de -1,5%, uma situação que já não ocorria desde 2006. Para 2012, o Banco de Portugal admite um aumento da inflação de 3,2%. No conjunto destes dois anos, prevê-se assim um aumento dos preços no consumidor, no mínimo, de 7% enquanto o salário mínimo só foi, até agora, aumentado em 2,1%.

## ***3. Aumento do salário mínimo é um imperativo de justiça***

A revisão do salário mínimo é um imperativo de justiça, face a uma situação social grave e insustentável, que penaliza sobretudo os trabalhadores e as camadas da população de mais baixo rendimento, mesmo que seja insuficiente tendo em conta as gritantes desigualdades que se verificam no país.

O aumento do salário mínimo ganha importância acrescida, num ano em que o Governo e o patronato colocam dificuldades acrescidas à negociação ou revisão de convenções colectivas de trabalho e em que, pretendem impor uma diminuição sem precedentes do rendimento disponível de quem trabalha.

A melhoria proposta abrange um número significativo de trabalhadores. O salário mínimo abrangia em Outubro de 2010, 10,5% dos trabalhadores por conta de outrem, isto é, 400 mil (sendo 64,4% mulheres e 35,6% homens).

## ***4. Aumento dos salários contribuirá para a melhoria da procura interna***

A economia portuguesa depende sobretudo de actividades dirigidas ao mercado interno e não às exportações. O consumo privado representa, por si só, 2/3 do produto interno bruto e é responsável pela maioria do emprego. Com a recessão económica, o problema mais grave que enfrentam as empresas não reside no aumento da produção, mas sim em vender o que já produzem, num contexto de quebra acelerada do rendimento disponível. A insuficiência da procura é apontada como o principal obstáculo à produção ou à actividade das empresas. Este factor representa hoje 80% na construção, 72% na indústria transformadora e 54% nos serviços. O seu peso está claramente a aumentar em resultado das medidas de austeridade. Os restantes factores não têm igual relevância embora se verifique o aumento das empresas que invocam problemas no crédito bancário.

A larga maioria do emprego depende da procura interna (em actividades em que se destacam o comércio e os serviços) e não do sector exportador. Como consequência, temos uma destruição sem precedente do emprego e uma subida rápida do desemprego.

O aumento do salário mínimo, aliado a outras medidas de apoio à procura (como a actualização das pensões, a subida dos salários, das prestações sociais, e a melhoria da protecção social no desemprego), constitui um importante factor para melhorar a procura interna, a confiança dos portugueses e a situação económica.

## ***5. Aumento do salário mínimo terá um impacto residual nos custos para as empresas***

O aumento do salário mínimo teria um pequeno impacto nos custos das empresas. É de salientar que estudos oficiais efectuados para medir tal impacto concluíram ser o mesmo muito baixo, incluindo os custos para as empresas exportadoras, como demonstrou o Relatório Oficial de finais de 2010, do Ministério do Trabalho de final de 2010 sobre a Retribuição Mínima Mensal Garantida, com um impacto no volume total das remunerações que não ultrapassa os 0,62%, que, recorde-se, se baseou na hipótese de actualização a Janeiro de 2011 de um valor de 500 euros.

Os problemas de competitividade da nossa economia não residem nos custos dos salários, sendo de referir que os custos horários na indústria não se agravaram quando são comparados com os países com economias mais fortes (Alemanha e França) e que decaíram em relação a Espanha.

**Custo horário na indústria, incluindo contribuições sociais (euros)**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	9,0	9,3	9,3	9,9	10,1	10,3
Espanha	17,9	18,7	19,4	20,3	21,5	21,6
Alemanha e França*	29,5	30,5	30,9	31,8	33,0	33,7
Portugal/Espanha (%)	50,5	49,6	47,7	48,6	46,9	47,7
Portugal/Alemanha e França (%)	30,6	30,4	30,0	31,0	30,6	30,6

Fonte: Eurostat, com base em cálculos do Natixis; \* média simples

O problema da nossa economia reside numa estrutura produtiva baseada em sectores tecnologicamente atrasados, onde os ganhos de produtividade são residuais, com insuficiências no plano da gestão, da capacidade de inovação e competências dos próprios empresários.

## ***6. Melhorar o poder de compra dos salários; facilitar o acesso ao financiamento; reduzir os custos de contexto***

Em termos conjunturais, os principais problemas que as empresas enfrentam são a queda da procura, dada a compressão do rendimento disponível (das famílias) e o acesso a crédito. São também importantes, os chamados custos de contexto, incluindo os preços da energia. Verifica-se hoje que nem as famílias nem a maioria das pequenas e médias empresas acedem a crédito, o qual está a ser canalizado para as grandes empresas. Apesar da forte injeção de liquidez na banca, feita pelo BCE, por via de créditos de três anos a uma taxa de juro de 1%, as verbas que deveriam ser dirigidas às empresas estão a ser utilizadas para acentuar a especulação financeira, nomeadamente através de empréstimos aos Estados, com juros 5 a 6 vezes mais elevados. Será a conjugação de medidas dirigidas a resolver estes três problemas que permitirá, no curto prazo, superar a situação das empresas, e não o congelamento do salário mínimo e dos salários em geral.

Aliás, o aumento geral dos salários constitui um objectivo essencial, considerando o agravamento do custo de vida, as perdas salariais resultantes dos cortes impostos pelo Governo e o agravamento da carga fiscal sobre o trabalho, como forma de assegurar uma mais justa distribuição do rendimento.